CRISE ÉTICA

Depois de denúncias, funcionária do parlamentar que prestava serviço irregularmente na tesouraria do PT nacional retorna ao posto

Servidora do Senado volta ao gabinete de Tião Viana

MARCELO ROCHA

DA EQUIPE DO CORREIO

O primeiro vice-presidente do Senado, Tião Viana (PT-AC), chamou de volta a servidora Sylvania Gomes Temóteo para trabalhar em seu gabinete. Apesar de ocupante de cargo comissionado na Casa, a funcionária prestava serviço na tesouraria do PT nacional, no Setor Comercial Sul (SCS). A denúncia foi publicada na edição de ontem do *Correio*. "Ficou a impressão de que eu poderia estar ferindo uma conduta ética, o que no meu entendimento não ocorre. Para não suscitar qualquer controvérsia, resolvi pedir, então, a ela para que retornasse ao Senado", explicou o petista.

Segundo a reportagem, a servidora exerce o cargo comissionado de assistente parlamentar-

(API), de acordo com o ato do diretor-geral da Casa de número 1.561. O API é o mais alto dos oito níveis previstos para a função. A remuneração bruta paga a quem o ocupa é de R\$ 6.773,41 mensais, mais auxílio-alimentação de cerca de R\$ 560. Na segunda-feira, Sylvania foi localizada, por telefone, na sede do PT, onde estava assessorando o tesoureiro nacional da legenda, Paulo Ferreira.

Tião Viana voltou a insistir que é "absolutamente normal" existir uma cooperação entre os detentores de mandato no Parlamento e suas legendas. E por essa razão, justificou ele, não haveria qualquer problema em um servidor cumprir expediente nas dependências do partido. O senador argumentou ainda que a funcionária retorna a seu gabinete e, eventualmente, irá ao PT para buscar informações ou participar das

discussões promovidas pela sigla que interessam a ele.

Os cargos comissionados são preenchidos sem a realização de concurso público. Eles foram criados no Congresso Nacional para resolver a deficiência de pessoal nas áreas administrativas e técnicas. No Senado, há cerca de 3,5 mil concursados e 2,8 mil comissionados. O salário bruto pago às pessoas nomeadas varia de R\$ 1.128 a R\$ 9.031, além da ajuda de custo para alimentação.

Apadrinhados

A legislação permite o fracionamento dos cargos comissionados. No lugar de um assessor técnico, o gabinete pode empregar até cinco assistentes, desde que obedecido o teto salarial do posto original. Os parlamentares tiram proveito dessa situação para acomodar apadrinhados

políticos em gabinetes, lideranças partidárias e até mesmo em suas representações políticas nos estados.

A Câmara aprovou, no início do ano, resolução com regras mais rígidas para a contratação de servidores temporários. A norma prevê que o ocupante do cargo não pode ter exercício fora das dependências daquela Casa ou ficar à disposição, ainda que temporariamente, do parlamentar ou de outro órgão distinto de sua lotação oficial. Exige ainda que os funcionários registrem frequência individual, a ser encaminhada ao Departamento de Pessoal.

Ao se restringir a prestação de serviços desses servidores tão somente aos órgãos da Câmara, foi possível rever a quantidade de postos. Mais de mil cargos foram extintos. No Senado, porém, não existe legislação similar.